

# GREVE 2008

## Teimosia do governo em destruir Plano de Carreira leva magistério à greve

Sinte/SC

Página 3



Prêmio (des) Educar:  
Novo ataque ao Plano  
de Carreira

IPREV:  
A ameaça de nossa  
aposentadoria

Piso Nacional:  
Como o SINTE/  
SC defende sua  
implementação

## EDITORIAL

## A luta

Uma das principais características das mudanças no capitalismo nos últimos tempos é a precarização do trabalho. Soma-se a isto a ampliação da classe trabalhadora nos serviços e do trabalho feminino, terceirização e aumento da informalidade. As mudanças que o capitalismo promove no seu interior objetivam ampliar seus lucros e, para alcançar tal objetivo, precisa atacar os direitos históricos da classe trabalhadora. O capitalismo vive um momento em que ele não pode ceder nem um milímetro para a classe trabalhadora. Para garantir seus lucros, patrões e governos promovem ataques às organizações sindicais e movimentos sociais em consonância com os ataques aos direitos trabalhistas. Na França, em 2006 e 2007, houve greves contra leis de precarização do trabalho e ampliação da idade da aposentadoria. Em 2006, em Oaxaca (México), 70 mil professores do Estado reivindicaram um reajuste salarial que acompanhasse a alta do custo de vida e foram brutalmente reprimidos, com prisão, mortes e desaparecidos. No Brasil, tivemos as contra-reformas da Previdência de 1998 e 2003, que ampliaram a idade da aposentadoria, acabaram com a paridade e a integralidade. Em SC, o Governo quer instituir um Regime de Previdência que coloca em risco as aposentadorias. Nos estados, os governos concedem prêmios por fora dos Planos de Carreira das categorias para quando se aposentarem, ou se afastarem das suas funções, percam parte do salário. Nossos Plano de Carreira e Estatuto são desmontados por decretos e portarias. Um exemplo, são as gratificações no magistério de SC: se um professor se aposenta, ou sai da sala de aula para tratamento de saúde, tem perda salarial de R\$432,00! Os servidores da Saúde estão em estado de greve pela descompartimentação da tabela salarial e pelo pagamento de duas datas base já vencidas. Os praças da PM e Bombeiros realizaram mobilizações para exigir do Governo o pagamento da lei 254, aprovada em 2003. O Governo promove o desmonte do serviço público com a precarização dos direitos elementares da população. Privatizou o HEMOSC e o CEPON. Em Joinville, o Hospital Infantil está com mais de 50% dos leitos fechados. As lavanderias, cozinhas e laboratórios dos hospitais públicos foram terceirizados. Na Educação, escolas estão fechadas, a educação infantil sofre com a municipalização, a vigilância nas escolas está terceirizada, há favorecimento de empresas privadas e, agora, o Governo quer privatizar a merenda escolar e demitir as merendeiras. Há aumento da violência nas escolas e dos problemas de saúde dos professores! A saída para essa situação é a organização dos trabalhadores, que precisa avançar contra os ataques e constituir um movimento com os explorados e oprimidos para a construção de uma sociedade onde o ser humano esteja em 1º lugar.



Professores preocupados com a Educação

## CONJUNTURA

## Construindo alternativas

O esgotamento das políticas neoconservadoras possibilitou a vitória de Lula em 2002. Contudo, as esperanças de mudanças nos rumos político, econômico e social da nação brasileira foi atrofiando-se rapidamente. A política de alianças estabelecida por Lula trouxe para posições de destaque na República o que havia de mais conservador na política brasileira. Foi o apoio de Lula que levou Sarney, um dos líderes da Ditadura Militar, à presidência do Senado, e LHS eleger-se governador de Santa Catarina.

As alianças de Lula (PL/PTB/PCdoB/PMDB/PDT) serviram para trazer os setores progressistas que o apoiavam para sustentar a agenda neoliberal. O conteúdo de cada "nova" medida, apresentada pelo Governo Lula, repetia a lógica neoconservadora indo além do realizado pelo seu antecessor. Parece que as bandeiras de luta defendidas pelo PT, que o credenciaram para governar o país, foram abandonadas. Querem fazer-nos crer que são sonhos irrealizáveis. Quem aprovou, em 2003, a ampliação de 5 anos da idade mínima para a aposentadoria? Lula instituiu, em 2007, o Fórum Nacional da Previdência para discutir novamente a ampliação da idade mínima. Quem privatizou as principais rodovias do país e abarrotará de pedágios as BRs 101 e 116? Em SC serão 7 praças de cobrança.

A liberação do plantio dos transgênicos não foi obra de FHC. Além de liberar o plantio, Lula liberou o comércio. A política de reforma agrária não avançou em nada, fato que levou João Pedro Stédile, principal liderança do MST, a afirmar que "o que está em curso no Brasil é uma contra-reforma". O assunto teve pouco destaque na agenda do presidente. As inaugurações de assentamentos sumiram.

O que levou a ministra do Meio Ambiente a pedir demissão? Não seria o fato da política agrícola e energética baseadas no latifúndio, na monocultura e na devastação florestal. A monocultura do eucalipto e da cana-de-açúcar não cumpre a função social da terra: não gera emprego, agride o meio ambiente e exaure os recursos naturais. A surpresa é que Lula (exportador e imigrante nordestino) proclama os usineiros, que utilizam o trabalho forçado e/ou escravo, como heróis nacionais. Ele nega que a devastação florestal é resultado da expansão do agronegócio. Esta política contribui para elevar o preço dos alimentos.

Os preços das mercadorias estão mais caros: o do feijão subiu em 207%; o arroz, o azeite e a carne também subiram. A crise no setor

alimentício que, supostamente, é conjuntural, é o primeiro reflexo da crise econômica internacional que já atinge diversos países, e se aproxima do Brasil. A produção de alimentos é substituída pelos produtos destinados à exportação, controlados por multinacionais do agronegócio. Quem se alimenta de soja no Brasil? Por que o Brasil importa trigo? Com a política internacional do biocombustível, diminuiu a área destinada à produção de alimentos. Os EUA utilizam a produção de milho para o biocombustível, ao invés da produção de alimentos. A Argentina comprometeu 90% de suas terras no cultivo de soja transgênica.

Na indústria é grande o ritmo de produção exigido pelos patrões: é reduzido o tempo de almoço e folga, enquanto que as empresas impõem o "Banco de Horas" – política defendida pelo Governo Lula e a CUT. A luta pela redução da jornada de trabalho para 36 hs/semana, sem redução de salário, deve ser acompanhada pela rejeição ao "Banco de Horas", defesas do aumento salarial e congelamento nos preços dos alimentos.

**Resistência e reorganização** - A luta sindical no país terá desafios nos próximos anos. Está em curso uma ofensiva de retirada dos direitos trabalhistas, como exigência do capital monopolista. As contra-reformas sociais são aplicadas em alto grau de unidade e cinismo entre as classes dominantes e seus representantes políticos, com o apoio da CUT, o que nos coloca um desafio histórico: construir uma alternativa dos movimentos sindical e popular para barrar as reformas. Neste sentido, surge a Conlutas.

É preciso uma reflexão: entidades sindicais da educação, como a Andes e o Sinasefe, saíram da CUT e filiaram-se à Conlutas e o fizeram porque não há enfrentamento. Os trabalhadores desempregados e oprimidos devem continuar a luta. É preciso buscar a unidade de todos estes setores, foi com este objetivo que surgiu a Conlutas. A estrutura da Conlutas é feita para evitar erros da partidização e burocratização, além de repudiar o financiamento pelo estado através do imposto sindical. Esta forma de organização levou muitas entidades aos fóruns da Conlutas. Entre os dias 3 e 6 de julho será realizado em Minas Gerais, o 1º Congresso da Conlutas com mais de 4 mil delegados sindicais, de movimentos populares do campo e da cidade. A luta de classes segue e os trabalhadores reconstróem os seus instrumentos, já que os que foram construídos traíram a classe.

Jornal do  
**SINTE**

Este jornal é uma publicação do SINTE/SC Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do

Estado de SC - Filiado à CUT e à CNTE  
Endereço Rua Vidal Ramos, 31, 5º andar - Centro  
- Florianópolis/SC Telefone (48) 3224-6257 Fax  
(48) 3222-7590

www.sinte-sc.org.br - sinte-sc@sinte-sc.org.br  
Jornalista Responsável: Tina Braga MTB/RS-5358  
Projeto Gráfico: Alexandre Brandão Fotos: Arquivo do SINTE-SC

## GREVE 2008

# Magistério enfrenta 14 dias de greve

Desde 1980 nossa categoria tem feito greve e enfrentado os governos. A cada ano nossas perdas salariais aumentam, e o sucateamento da Educação fica mais visível para a sociedade. Apesar de todos os ataques e as tentativas dos governantes de desmoralizar o nosso sindicato e nossas lideranças, pesquisas de opinião pública mostram que os trabalhadores em Educação são reconhecidos e elogiados e defendem que o Brasil precisa investir em Educação.

O balanço da greve, portanto, não se restringe em avaliarmos se houve derrota ou vitória, se foi certo ou errado entrar na greve. É necessário resgatar nossa luta, nossas greves e tirarmos a conclusão de que, com os métodos utilizados pela ditadura militar, como por exemplo, polícia nas escolas, ameaças aos grevistas, demissão dos ACTs, LHS e Paulo Bauer instalaram nas escolas um clima de terrorismo que fez com que a categoria não conseguisse ir para o enfrentamento. Neste sentido, a nossa greve foi insuficiente para arrancar a vitória necessária. Não conseguimos reverter o famigerado “prêmio educar”, as faltas, o desconto dos dias parados. O medo do contracheque zerado no final do mês fez com que encerrássemos a greve.

O magistério não consegue, de imediato, fazer a leitura do preço político que esse Governo paga, e vai pagar, caso não apresente proposta que atenda toda a categoria, em especial os aposentados. A votação da medida provisória na Assembléia Legislativa às custas de repressão com agressão contra professores, e deputados votando de cabeça baixa, trouxe prejuízos políticos ao Governo e sua base aliada. No dia seguinte à votação, a imprensa mostrou o clima em que os deputados, marionetes de LHS, fizeram valer seu vergonhoso voto. E não basta dizer que vamos dar o troco nas eleições. Desde muito tempo sabemos que os governantes que governam para ricos e banqueiros terão a mesma política: desmonte dos serviços públicos como saúde, educação, segurança.

Devemos estar atentos, pois deputados que hoje defendem nossa causa, quando o governo é de seu partido fazem o mesmo. Depois de cada greve, saindo vitoriosos ou não, precisamos fortalecer nossa organização para as lutas que virão, principalmente no neoliberalismo em que grande parte das lutas é defensiva.

O SINTE/SC ressalta a importância de que mesmo diante de toda a repressão seguiram a deliberação da Assembléia Estadual. Talvez, se tivéssemos construído um calendário de lutas, mesmo a partir do dia 5 de março, a categoria pudesse responder massivamente. A direção do SINTE/SC esclareceu o conteúdo regressivo do



Trabalhadores em Educação fazem passeata nas ruas de Fpolis

Prêmio Educar. Se não houver mudanças nesta lógica do Governo, a categoria vai sentir no bolso o brutal ataque ao Plano de Carreira. No recesso escolar, nas férias de janeiro, não só o vale alimentação não será pago, mas também o prêmio. Isto significa que em janeiro o salário de um professor de 40 horas terá um corte de R\$ 332,00: vale alimentação, prêmio educar + abono. Nossa insistência em rejeitar esta lógica do Governo continua e com certeza nova luta será organizada. Novamente comprovaremos na prática que o que LHS fez e está fazendo tem consonância com os planos neoliberais que são aplicados em todos os países e em todos os estados, qual seja flexibilização dos direitos e redefinição do papel do Estado, desresponsabilizando o mesmo das questões sociais como saúde e educação.

Desde que Luiz Henrique assumiu seu primeiro mandato, ele adotou a política de abonos concedendo R\$ 250,00 e, desde então, o SINTE/SC tem se posicionado contrariamente, pois esta é uma política discriminatória e que não valoriza aqueles que estão a mais tempo no magistério. Foram necessárias duas greves (2004 e 2006)

e muita mobilização em 2005 para garantir reajustar nossa tabela salarial.

Em 2006, o Governo assinou o acordo de greve se comprometendo em incorporar o outro abono de R\$ 100,00, que só recebe quem está em sala de aula. Incorporação esta que beneficiaria, sobretudo, quem está fora de sala por qualquer motivo, aposentados e demais trabalhadores na Educação.

Contrariando todas as discussões ao longo de 2007 e não honrando seu compromisso, o Governo não só não incorporou o abono como apresentou uma proposta muito mais prejudicial que a política de abonos. Durante todo o ano de 2007 LHS enrolou o SINTE/SC e a categoria. Foram várias audiências em que o Governo não tinha posição sobre a incorporação e não apresentava nenhuma proposta salarial. Neste sentido, foi fundamental a deliberação de greve para 5 de março de 2008, na Assembléia Estadual do Sinte, em outubro de 2007. Foi o risco eminente da nossa greve que fez o Governo apresentar o “Prêmio Educar”.

No entanto, foi a teimosia do Governo em destruir nosso Plano de Carreira que nos levou efetivamente à greve. Desde o anúncio da proposta para os cargos comissionados, transformados pelo Governo, nos interlocutores da categoria, o Governo anunciava que tinha dinheiro disponível para o magistério estadual. Porém, pretendia

- e acabou usando este dinheiro - para atacar o Plano de Carreira do magistério. Se tinha disponível os R\$ 6 milhões, por que não os usou para reajustar o piso salarial da categoria ou mesmo incorporar parte do abono?

É preciso lembrar que a SED já havia tentado mexer no nosso PCCS e Estatuto em 2005, e que foi a nossa mobilização com seminários regionais e deliberação por greve, caso a SED insistisse nestas mudanças, que barrou a destruição dos nossos direitos. Claro está, portanto, que, com o “Prêmio Educar”, o Governo não desistiu da sua intenção de, na impossibilidade de acabar com todos, pelo menos limitar o usufruto de nossos direitos. Direitos conquistados também com muita greve. Se hoje temos uma legislação para nos apegarmos, é resultado das greves vitoriosas do magistério no final dos anos 80 e início dos anos 90. Nosso Estatuto e Plano de Carreira são frutos das greves de 83, 87, 89, 91. Nossas férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, licenças, direito de organização em sindicatos são direitos conquistados com a luta da classe trabalhadora ao longo do século XX.

## Qual a legitimidade de LHS?

O mandato do governador Luís Henrique da Silveira está sub judice mediante a acusação de suposto abuso de poder econômico e político em 2006. O governador, segundo a denúncia, teria utilizado recursos públicos para promoção de seu Governo. Só no ano passado, foram R\$ 62 milhões. Recentemente acompanhamos pela imprensa catarinense os gastos exorbitantes feitos pelo Governo de R\$ 46 milhões na compra de uniformes escolares; aquisição de material sem licitação na Secretaria Estadual da Saúde; desvio de R\$ 6 milhões 500 mil na Epagri.

Recentemente o governo foi condenado pelo Ministério Público do Trabalho por ter promovido, segundo matéria publicada em 02 de março de 2008, no jornal Diário Catarinense, um verdadeiro “trem da alegria” de R\$ 100 milhões. O MPT calcula que cerca de 600 funcionários públicos foram beneficiados com mudança de

cargos sem concurso público pelo governo LHS entre o período de 2005 e 2008. Estes servidores mudaram de cargo e passaram a receber entre 3 e 6 vezes mais do que recebiam no cargo no qual haviam se efetivado. A condenação foi resultado de uma Ação impetrada pelo SINTE/SC denunciando a transposição de cargos. O Tribunal de Justiça determinou o retorno de todos os servidores favorecidos à situação anterior.

Em agosto de 2006, uma denúncia de irresponsabilidade com o erário público envolve o governo LHS: o caso Aldo Hey Neto, “homem de confiança” do então secretário estadual da Fazenda, Max Bornholdt, é preso pela Operação Dilúvio, desencadeada pela PF. Ele é suspeito de envolvimento em um dos maiores escândalos de sonegação fiscal no país. Segundo a reportagem do jornal “A Notícia”, do dia 28 de outubro de 2007, “Aldo Hey Neto coordenava o Compex, um

programa do governo de Santa Catarina que cortava pela metade a alíquota do ICMS para beneficiar empresas importadoras que utilizassem os portos e aeroportos do Estado”.

LHS recorre ao dinheiro público para promoção eleitoral. No entanto, se recusa a aplicar recursos devidos à educação. O magistério reivindica a incorporação do “prêmio educar” aos salários dos trabalhadores em Educação, estensivo para toda a categoria—professores em sala de aula, aposentados, pensionistas, professores em licença para tratamento de saúde ou licença maternidade e docentes afastados para cursos de especialização profissional. Desde 2005, o rombo no Governo com edição de leis já atingiu a cifra de R\$ 10 milhões. Qual a legitimidade do governador LHS para administrar um estado que remunera a Educação com o menor piso do estado e o quarto pior do país?

## PRÊMIO EDUCAR

## Prêmio (des) Educar: novo ataque ao Plano de Carreira

A política de abonos adotada por Luiz Henrique trouxe sérios problemas à categoria. Com os abonos, os professores evitavam sair de sala, uma vez que perderiam, em média, R\$ 250,00, agravando os problemas de saúde. Com os R\$ 200,00 para professores e R\$ 150,00 para os demais esta situação irá piorar; pois ao sair da sala por qualquer motivo, o trabalhador em Educação terá um corte imediato no salário de R\$ 432,00. Num primeiro momento, os trabalhadores em Educação evitarão sair da sala de aula, mas num curto espaço de tempo, os problemas de saúde se agravarão. Na prática, os professores evitarão usufruir um direito constitucional. Teremos professores trabalhando sem condições mínimas de saúde, prejudicando a qualidade de ensino. É, portanto, uma crueldade com uma categoria que vem amargando o aumento das doenças de trabalho, a violência nas escolas, carga excessiva de trabalho. Uma classe que perdeu direitos com as reformas da previdência de 1998 e 2003, demorando mais para se aposentar.

**Licenças:** O Governo manteve trancada, por três anos, a licença prêmio; e, hoje, não é difícil encontrar nas escolas trabalhadores em Educação com várias licenças vencidas. Depois de muita negociação com o SINTE/SC, em setembro de 2007, o Governo liberou apenas 10% do efetivo da escola por ano, **contrariando nosso estatuto que não prevê limitação alguma.** Segundo informação na página da SED na Internet, o "Prêmio Educar" será concedido a título de indenização das despesas que os professores têm com compra de livros, equipamentos e materiais didáticos. Ora, se o Governo do Estado conhece a realidade das escolas, e principalmente as condições de saúde dos professores, teria concedido o reajuste ou mesmo a incorporação do abono, incidindo na tabela salarial, contando para a aposentadoria, e não sendo prejudicado no usufruto das licenças.

Se não bastasse isto, agora com o "prêmio", o próprio professor evitará entrar em licença-prêmio, ou mesmo tratamento de saúde, uma vez que terá cortado imediatamente do seu salário R\$ 432,00. O Estado joga

a responsabilidade do cuidado com a saúde e da sua remuneração para os professores. Ou seja, mesmo doente os professores evitarão, como já vem acontecendo, se afastarem da sala de aula.

**Carreira: abandono dos aposentados e precarização dos ativos** - Com a política de abonos, o Governo afirmava estar valorizando o magistério ao diminuir a diferença entre o maior e o menor salário. Na prática, significava que não importava quanto de sua vida o professor dedicou ao magistério, pois receberia a mesma coisa que alguém em início de carreira. Não importava a formação, os cursos de aperfeiçoamento, os anos dedicados à profissão e, principalmente, a perspectiva de uma aposentadoria justa. O "Prêmio" acaba com a paridade entre ativos e inativos e ataca o preceito constitucional da isonomia salarial.

Na tentativa de mudanças no nosso Plano de Carreira em 2005, a intenção da SED já era achatarrar nossa tabela salarial, eliminando as três últimas linhas correspondentes à pós-graduação. O Estado nunca teve uma política de formação dos trabalhadores em Educação em nível de pós-graduação e agora, com o "prêmio", esta situação se agrava mais ainda. Qual é o incentivo para um professor fazer um mestrado ou doutorado e continuar atuando, se no final de carreira perderá R\$ 432,00? Qual o incentivo para o professor frequentar cursos de aperfeiçoamento ou mesmo de pós-graduação se, quando se afastar da sala para tal empreitada, perderá R\$ 432,00 por mês? É desta forma que o Governo do Estado pretende valorizar o magistério?

O "Prêmio Educar" reforça a política de achatamento salarial e totaliza R\$ 432,00 de gratificações na nossa remuneração; ou seja, as gratificações já estão quase igual ao nosso piso salarial que é de R\$ 509,00. Num futuro próximo corremos o risco de ter um piso menor que nossas gratificações.

Se não bastasse isto, o Governo parece querer remediar sua política de precarização das relações de trabalho. Ao conceder um prêmio igual para todos, independentemente do tempo de trabalho no magistério, o Governo pretende nos fazer esquecer que hoje são

mais de 11 mil professores com contratos temporários (ACTs), sem garantia de emprego e sem uma política de formação, pois o Estado não investe na sua formação continuada, mesmo muitos tendo, em média, mais de 10 anos de serviços prestados ao magistério estadual. São professores que estão à mercê dos mandos e desmandos de diretores e com uma única certeza: que todo final de ano estarão desempregados e que todo início de ano é incerto.

## Ações jurídicas do SINTE/SC

O SINTE/SC obteve vitórias judiciais importantes para a categoria, vantagens financeiras e funcionais para os associados. Algumas dessas ações:

**Pagamento dos abonos aos aposentados-**

O Sinte continua ajuizando ações do abono de R\$ 100,00, previsto na Lei Estadual nº 13.135/04, e para cobrar os atrasos do abono e do instituído pela Lei Estadual nº 12.667/03. Devem ser encaminhadas ao SINTE: ficha financeira (desde 2003) e cópia da portaria de apo-

sentadoria. ação ordinária.

**Vale alimentação e abono aos professores em licença tratamento de saúde e licença maternidade, e abono na licença prêmio-**

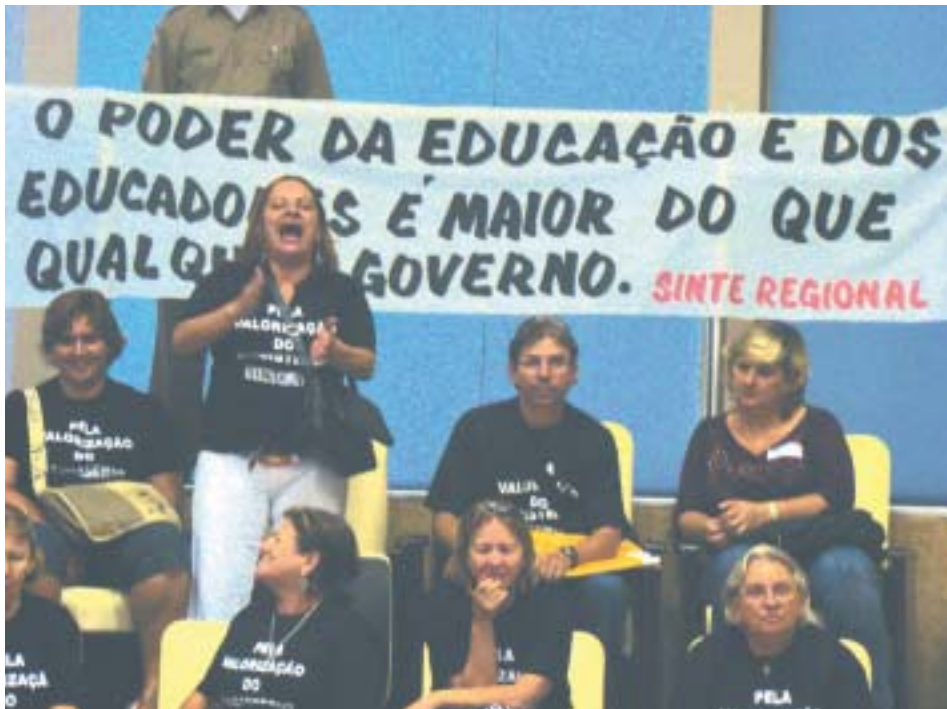
Os professores em licença para tratamento de saúde e licença maternidade, que não recebem o vale alimentação

destas licenças, podem entrar com mandado de segurança para restabelecer de imediato o direito. Os que deixaram de recebê-lo nos últimos 5 anos podem cobrar o pagamento com

Encaminhar ao SINTE ficha financeira (desde um ano antes do corte da vantagem pecuniária) e cópia do Termo de Inspeção de Saúde ou do Termo de Licença de Saúde e Licença Maternidade.

**Regência de classe e abono dos professores readaptados, em tratamento de saúde, licença maternidade e licença prêmio:** Os professores que não receberam, podem entrar com mandado de segurança.

## Prêmio Educar



Professores lotam plenário da ALESC para modificar Prêmio Educar

## APOSENTADOS

## Governo discrimina aposentados

Com o Prêmio Educar, o Governo do Estado acaba com a paridade entre ativos e inativos. É um desrespeito a uma vida toda dedicada ao magistério. A intenção do Governo é acabar com qualquer possibilidade de reajuste para os aposentados e, por isso, adotou a política de abonos e agora de prêmio.

O SINTE/SC está encaminhando ações à Justiça para garantir o pagamento do abono para os aposentados e também Mandato de Segurança Coletivo a fim de estender o prêmio educar aos trabalhadores aposentados. Estamos aguardando decisão final da Justiça. É preciso esclarecer que os professores filiados não precisam entrar com a ação através de advogado particular.

IPREV

# Mudança na previdência é rejeitada pelo SINTE/SC

No dia 6 de fevereiro deste ano, o Governo entregou na ALESC (Assembléia Legislativa de Santa Catarina) o Projeto de Lei Complementar 0050.6/2007, que prevê a instituição do Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) composto por dois fundos: Financeiro e Previdenciário. Com a instituição destes fundos a contribuição previdenciária dos servidores públicos, hoje recolhida pelo Estado, passará a ser recolhida e administrada por um conselho no qual o Governo terá maioria.

**Fundo Financeiro:** o descaso com quem contribuiu a vida toda - O Governo afirma que é necessário um capital inicial de R\$ 23 bilhões para garantir a saúde financeira do Fundo Financeiro. Se esse vai começar do zero, sem dinheiro, quem vai pagar esta conta? Mais uma vez vai sobrar para os servidores públicos, que serão sobretaxados com novos aumentos no percentual de sua contribuição previdenciária, como já ocorreu recentemente, quando nossa contribuição foi elevada de 9 para 11%. O projeto prevê também que, ao ser constatado déficit, o Governo poderá reajustar o valor da contribuição previdenciária paga pelos servidores.

Este fundo será composto pelos servidores que ingressaram no serviço público até 2007 e pelos atuais aposentados. Significa que haverá, com o passar dos anos, um aumento das despesas com o pagamento de aposentadorias e pensões e uma diminuição crescente de arrecadação, colocando em risco a saúde financeira deste fundo. No máximo em 30 anos, 90% dos servidores integrantes do Fundo Financeiro estarão aposentados e, desta forma, de um grupo de dez servidores, nove estarão recebendo o benefício da aposentadoria. Se haverá diminuição da receita e aumento das despesas, como o Governo viabilizará o pagamento dos benefícios?

**-O Iprev legitima o desvio de verbas da Educação:** Os Estados devem, constitucionalmente, investir 25% da arrecadação na manutenção da Educação (salários, condições de trabalho, materiais didáticos, infra-estrutura das escolas, etc.). Porém, os sucessivos governos do Estado têm usado este dinheiro para pagar aposentadorias, o que é proibido pela lei. Com o IPREV, o Governo legitimará este "desvio" de verba da Educação, uma vez que o projeto, que modifica a previdência no serviço público estadual, prevê o uso de recursos financeiros das Secretarias Setoriais para cobrir possíveis déficits. Ou seja, a Secretaria de Educação poderá usar, para pagar as aposentadorias, os 25% da Educação.

**Fundo previdenciário:** Este fundo será composto pelos servidores públicos que ingressarem no serviço público estadual após a aprovação do IPREV. Outro problema que cabe registrar, é que o Governo transfere para este fundo o patrimônio que foi constituído com o dinheiro dos atuais servidores aposentados ou na ativa. Mais um calote. Tudo isto com o objetivo de criar um fundo atraente para o mercado financeiro, com o qual o Governo, provavelmente, irá barganhar. Pode, inclusive, com muitos governos já fizeram usar este fundo para financiar obras eleitoreiras. É importante salientar que a criação dos fundos Previdenciário e Financeiro não é obrigatória, ao contrário do que afirma o Governo. A Constituição Federal (Art 249) deixa ao critério dos governantes a opção pela criação ou não dos fundos. Trata-se, portanto, de uma decisão política e não de um imperativo constitucional.

**Iprev é rejeitado em todas as audiências públicas -**

O Governo LHS (PMDB/PSDB/DEM) teve a resposta: Não ao IPREV! Se as audiências públicas promo-



Servidores participam de protesto contra mudanças no Iprev

vidas para discutir a modificação do regime previdenciário dos servidores estaduais têm como objetivo ouvir os interessados e, a partir daí, concluir se o projeto que altera o Iprev conta com a aceitação - ou não - da categoria, a resposta já foi dada. Os líderes do Governo, secretários e deputados estaduais estiveram presentes nas audiências públicas representando o Governo LHS. Eles, certamente, devem ter dado o recado ao governador Luís Henrique: se o projeto que modifica o regime previdenciário, que está na Assembléia Legislativa, não for retirado de pauta, fica comprovado que LHS mais uma vez mostra seu caráter autoritário.

Não vamos permitir a privatização da Previdência. Já temos o IPESC. Nossa aposentadoria por direito adquirido deve ser de responsabilidade do Tesouro Estadual e não ir para as mãos do mercado financeiro, que visa apenas lucros para os banqueiros e empresas privadas.

**-Previdência privada leva aposentados de vários países à miséria -**

Não faltam exemplos dos riscos e do futuro incerto que trazem os novos Fundos de Pensões e Aposentadorias de Servidores, que nada mais são do que instrumentos de pilhagem das contribuições da Previdência. A contribuição previdenciária dos servidores para este fundo são investidas nos mercados financeiros e em ações, títulos públicos - conhecidos como "moeda forte" - que por estarem ao sabor dos interesses especulativos fazem desaparecer como pó as reservas financeiras acumuladas por conta dos descontos previdenciários. Este tipo de Fundo é conhecido como de capitalização individual. É uma forma de poupança individual, onde cada servidor terá uma conta particular, sendo que a sua aposentadoria ficará diretamente ligada ao resultado que esta conta vier a obter no mercado financeiro.

O cidadão britânico Maurice Jones começou a trabalhar aos 16 anos. Aos 64 anos, nem sonha mais em se aposentar. O grupo têxtil Lister & Companhia faliu e levou junto o fundo de pensão que era ligado a ele; o dinheiro que poupou durante mais de 30 anos se evaporou. Ele não tem mais nada. "Quando acontece com a gente uma coisa destas, vocês só têm duas soluções: a luta ou o suicídio".

Digna Showers era assistente administrativa da empresa americana Enron há 18 anos. Com a falência da

empresa, em dezembro de 2001, perdeu o emprego, a assistência médica, o seguro de vida e até mesmo os direitos à aposentadoria, apesar de ter contribuído com cerca de US\$ 400 mil para o Fundo de Pensão da empresa.

Os Fundos de Pensão das grandes indústrias automobilísticas exibem déficits abissais: US\$ 14,5 bilhões para a Ford em 2002; US\$ 17 bilhões para a General Motors. Na Grã Bretanha, a Honda quer retardar a idade de início da aposentadoria (de 60 para 62 anos) e diminuir os salários em 2,2% em média. Os Fundos de Pensão desse país querem, ainda, que a idade para aposentadoria seja de 70 anos.

-Fundo provisório dos Servidores Municipais de Florianópolis teve prejuízo de R\$ 18 milhões

Os servidores da Prefeitura de Florianópolis contribuem para um Fundo Previdenciário provisório. Os gerenciadores do Fundo Previdenciário, criado pela então prefeita Ângela Amim, aplicaram R\$ 18 milhões provenientes das contribuições previdenciárias dos servidores públicos municipais, no Banco Santos que, em 2004, faliu.

Se o Fundo já estivesse regulamentado, os aposentados/pensionistas da PMF talvez, hoje, não estivessem recebendo integralmente seus proventos porque a Prefeitura já não seria mais a responsável pelos pagamentos das aposentadorias. E a regulamentação do Fundo só não ocorreu porque os servidores municipais de Florianópolis resistem bravamente contra a sua criação definitiva.

Em 2002, a categoria impediu, por três vezes, a regulamentação do Fundo provisório. Foram várias ocupações, mobilizações, vigílias e sessões suspensas na Câmara Municipal de Florianópolis. O projeto chegou a ser retirado daquela Casa e uma nova versão foi enviada no ano de 2005, mas, por pressão da categoria junto aos vereadores, não chegou a ser apreciado.

**Dia 27 de maio haverá uma grande mobilização dos servidores públicos estaduais contra o Iprev. O ato tem início às 9hs, na Assembléia Legislativa. Participe! Não deixe sua aposentadoria na mão de banqueiros.**

## IPREV

# Calote na dívida do IPESC

Um dos principais problemas do IPREV está no fato de que, através dele, o Governo passa uma borracha em toda a dívida que o Estado tem com a Previdência do servidor estadual. Desde a criação do IPESC, os sucessivos governos não cumpriram com a sua parte, ou seja, não depositaram a contribuição à Previdência dos servidores. Para alguns, isso pode significar uma dívida de mais de R\$ 30 bilhões; em outras palavras, mais um calote do Governo LHS.

Além de todos estes problemas, o fundamental está no modelo de estado que LHS quer implantar em Santa Catarina - o mesmo que está sendo implantado no Brasil.

Um estado voltado para a fiscalização e o controle de determinados serviços; um estado enxuto com o mínimo de patrimônio, onde as organizações sociais ou conselhos criados pelo Governo administraram os serviços prestados pelo estado através

de parcerias públicas-privadas.

**Consequências :** As consequências deste modelo de Estado nós já vivenciamos: aumento da concentração de renda e poder, sucateamento dos serviços públicos essenciais como saúde e educação, gastos astronômicos do Estado com publicidade e propaganda enganosas, aumento da corrupção e desvios do dinheiro público, perda da soberania nacional, entre outros problemas.



## Conjuntura nacional

O atual momento da vida nacional está diretamente relacionado com o que representou a vitória de um governo democrático e popular e, conseqüentemente, da derrota da elite liberal-conservadora nas duas últimas eleições presidenciais. O resultado eleitoral representa uma derrota da mídia, que orquestrou uma campanha de desinformação, elitista e preconceituosa, com claro e indisfarçável cunho golpista, objetivando abreviar o mandato presidencial e derrotar o projeto democrático e popular.

A economia, após décadas de estagnação, apresenta importantes sinais da retomada do crescimento. Em quatro anos, foram criados cerca de três vezes mais empregos formais do que nos oito anos do governo tucano. Foi adotada uma política de revalorização para o salário mínimo e houve expressivo número de categorias que tiveram reajustes salariais acima da inflação. O setor agrícola, a construção civil, os serviços e outros setores da economia batem recordes de produção; os créditos pessoal e empresarial se expandiram; a balança comercial acumula sucessivos superávits; as reservas cambiais e os investimentos externos produtivos estão em alta.

Seguindo a mesma trajetória da economia, os indicadores sociais apontam significativos avanços, graças à priorização de políticas sociais, como o Fundeb, o Bolsa-Família, as ações afirmativas, as políticas para as mulheres e a agricultura familiar, que permitiram a redução da pobreza, maior acesso ao crédito e ao consumo, melhor distribuição de renda – embora ainda ocupemos as últimas posições no ranking mundial. Também as quadrilhas de colarinho branco e o crime organizado passaram a ser combatidos pela Polícia Federal. O Brasil joga o papel decisivo para o avanço das forças progressistas na América Latina, o que, junto com a incursão no cenário mundial, reflete o acerto e a pujança da política externa do país.

Seguindo sua trajetória de luta, independente e autônoma, o movimento sindical classista, em especial a CUT, tem cobrado as ações deliberadas pelo conjunto da classe trabalhadora. Precisamos continuar na linha de resistência constante e de acumulação estratégica, tendo em vista o nível da correlação de forças, pressionar o Governo para ultrapassar os limites impostos pelos grandes círculos financeiros a fim de concretizar as mudanças necessárias para alterar esta dura realidade.

Um novo projeto depende da construção de grandes mobilizações e pressões unificadas dos movimentos sociais e sindicais. A luta pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários, pelo fim das horas extras, banco de horas e pela ratificação das convenções da OIT 151 (acordo coletivo dos funcionários públicos) 158 (contra demissão imotivada). Precisamos continuar na luta pelo desenvolvimento sustentável, com valorização do trabalho, geração de emprego e renda.

## Conjuntura política estadual

Passados os primeiros cinco anos de Governo, LHS ainda não explicou as políticas públicas e sociais capazes de fomentar um projeto de desenvolvimento sustentável no território barriga verde. Pelo contrário, sua política é o fortalecimento da máquina estatal.

Nas relações com os trabalhadores do serviço público estadual, LHS ignora a defasagem salarial, as péssimas condições de trabalho e a falta de funcionários, além de não cumprir com os acordos negociados, a exemplo do que vem acontecendo em relação aos trabalhadores da Educação de Santa Catarina, o Estado que ocupa a posição número um no ranking nacional de desenvolvimento humano e paga o quarto pior piso salarial dos professores da rede estadual. Em continuidade a essa política, o Governo insiste com a prática discriminatória: concede o “Prêmio (des) educar”, e deixa os trabalhadores aposentados e os assistentes de Educação e pedagógicos com um valor inferior aos dos professores de sala de aula. O Governo discrimina os trabalhadores e aumenta a precarização da Educação.

Em situação semelhante, estão os serviços e servidores da saúde. O Governo LHS terceiriza os serviços públicos, como o HEMOSC e CEPOM, e lança edital para privatizar a merenda nas escolas estaduais e ameaça com a terceirização dos serviços gerais. No final de 2007, LHS enviou para ALESC o projeto de Lei que cria o Fundo de Previdência dos servidores públicos estaduais - o IPREV (galinha dos ovos de ouro). É o caminho da privatização da Previdência dos servidores do Estado, sob o risco iminente de entrega dos recursos financeiros dos trabalhadores aos especuladores financeiros, a exemplo do que ocorreu com o dos servidores de Florianópolis, que estava no Banco Santos.

## Estado tem recursos, mas não investe na Educação

O reflexo positivo do crescimento econômico nacional são visíveis no Estado com o aumento sucessivo da arrecadação financeira. Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicas (DIESSSE), a economia catarinense cresceu mais 8% em 2007, e a previsão para 2008 é continuidade desse crescimento. Este crescimento decorre pela diversidade produtiva do Estado (agro-indústrias, serviços, agricultura e exportação) e não pela política econômica do LHS.

A tríple aliança, coligação conservadora, (PSDB, PMDB, DEM) tem como modelo de gestão a descentralização, que nada mais é do que o aumento abusivo dos cargos comissionados e de confiança que fortalece no Estado o projeto neoliberal herdado de FHC. O Governo LHS concede aumento de 50% aos cargos comissionados, transposição de cargos da Educação para outras secretarias (trem da alegria), promove os diretores de escolas mostrando que o Estado tem recursos financeiros para atender as reivindicações da categoria, como a incorporação do abono, aumento do vale alimentação, pagamento do piso nacional que está em tramitação no Congresso.

## Denúncias de desgoverno de LHS

O Governo LHS tem sido marcado por graves denúncias de fraudes, desvios e abuso de poder. O governador responde no TSE por crime eleitoral. Luiz Henrique se comporta como um monarca na política catarinense: não recebe em audiência as entidades que representam os servidores públicos. Na relação como o legislativo, como tem grande maioria na base aliada, a postura da quase totalidade dos parlamentares é de subserviência. Nesse quadro, a organização e mobilização política da nossa categoria juntamente com os demais trabalhadores são necessárias para derrotarmos a política que retira direitos, discrimina, desvaloriza os trabalhadores/as na Educação. Precisamos avançar para uma sociedade mais justa e solidária para todos/as os catarinenses.

## ESCOLAS

# Ataques à escola pública

**MUNICIPALIZAÇÃO** - Está em andamento no Estado uma grande ofensiva vinda da Secretaria de Educação do Estado (SED) em direção à municipalização da Educação Infantil e de parte da Educação Básica. A municipalização da Educação significa, em linhas gerais, a transferência de um serviço público de fundamental importância e de custo elevado, para o “primo pobre” das esferas públicas. Pois, o município é o ente público que menos arrecada tributos neste país. Portanto, o risco da falta de responsabilidade do Estado e da União em relação a este serviço, cresce significativamente com a municipalização; e, com isso, aumenta também a possibilidade de mais sucateamento da Educação e o avanço das parcerias públicas-privadas – que significa a privatização deste serviço.

É por tudo isso que o SINTE volta a afirmar sua posição contra a municipalização, e convoca todos os trabalhadores em Educação de Santa Catarina para estarem unidos contra mais um ataque à escola pública. É necessário pressionar as Câmaras de Vereadores, secretários municipais de Educação e prefeitos para que assumam publicamente uma posição contrária à municipalização da Educação. Neste ano teremos eleições municipais, então precisamos pressionar os futuros candidatos para que eles, também, se comprometam com a não municipalização das escolas estaduais.

## TERCEIRIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

O Governo LHS é de fato um Governo neoliberal, em especial porque privatiza o patrimônio público. Depois que criou, através da reforma administrativa, as Organizações Sociais que fomentam as parcerias públicas-privadas no Estado, ele avançou as privatizações em SC. Na Educação, o Governo ameaça com a privatização dos CEDUP's e do Instituto Estadual de Educação. Ele, também, deu início ao processo de terceirização da merenda escolar, que significa privatizar este serviço de grande importância pedagógica nas escolas e econômica aos municípios. Em todo o Brasil cresce a política de terceirização da merenda escolar e, como era de se esperar, surgem denúncias de

superfaturamentos e de diminuição da qualidade da merenda distribuída - inclusive com o envolvimento de empresas inscritas na licitação aberta pelo Governo do Estado para transferir este serviço ao setor privado.

Em SC os problemas acima denunciados com certeza também ocorrerão assim que efetivada a terceirização. Além disso vai haver demissão em massa das atuais merendeiras que dedicaram parte da sua vida para atender a comunidade escolar. Muitas, inclusive, adquiriram doenças no exercício desta profissão e, agora, correm o risco de serem destruídas e desrespeitadas. Outro problema é que parte expressiva dos produtos que atualmente abastecem as escolas para a produção da merenda são oriundos de produtores locais. Com a terceirização, poderão ser deixados de lado – o que implicará em maior êxodo rural e impacto negativo na economia de muitos municípios.

Lutar contra a terceirização da merenda é lutar contra uma política que beneficia grandes empresários em detrimento da maioria da população. Por isso, esta luta é de todos e o SINTE conchama a todos para participarem das atividades que serão organizadas contra a terceirização da merenda.

## ENTURMAÇÃO

O fantasma da enturmação voltou a rondar as escolas estaduais. Pela disposição da SED, vai continuar nos importunando por muito tempo, pois a Secretaria continuará insistindo com esta política totalmente irresponsável com a qualidade da Educação. Todos os anos, após mais de um mês de aula (ou pior, em vários casos, mais de seis meses), quando os professores e alunos já estão ambientados nas suas respectivas turmas, a Secretaria determina que as turmas onde houve grande número de alunos desistentes, sejam reagrupadas. Todo o trabalho desenvolvido pelos professores, todo o processo de aprendizagem do aluno, simplesmente é desconsiderado: troca de horários, troca de professores, troca de colegas de turma. Tudo com o objetivo de conter gastos. Ao invés do Governo desenvolver uma política de combate à evasão escolar, ele opta

por desmontar todo o trabalho já desenvolvido pelos professores e estudantes. Entretanto, nas próximas eleições, eles repetirão o discurso mentiroso de que a Educação é prioridade nos seus governos. Até quando vamos permitir esta hipocrisia? As escolas devem proceder a medição das salas de aula de acordo com a lei 170, para comprovar o número de alunos, podendo resultar, até mesmo, em desdobramento de turmas.

## HORA ATIVIDADE

A hora atividade, tempo de trabalho destinado à organização da prática pedagógica de cada professor, foi uma conquista do SINTE/SC. Atualmente lutamos para a sua ampliação. Jamais vamos abrir mão deste direito. Isto não quer dizer que somos favoráveis que o tempo de trabalho seja cumprido, exclusiva ou obrigatoriamente, na escola. Para o cumprimento da hora atividade na escola todos os trabalhadores em Educação devem exigir condições necessárias para se efetuar este trabalho, conforme está na lei. Isto significa que a escola deve oferecer um espaço onde os professores possam guardar o material pedagógico (livros e outros), acesso à internet e ambiente adequado (silencioso e sem trânsito de pessoas). Mesmo em casos onde a escola garanta as condições, o coletivo de trabalhadores deve exercer autonomia garantida na LDB, discutir, deliberar sobre a melhor forma de cada trabalhador e cumprir sua carga de trabalho com a garantia dos direitos dos estudantes e o bem estar dos trabalhadores. A política da SED tem como pano de fundo a implantação da lógica empresarial na educação pública do país. As prioridades são: aumento da produtividade, corte de gastos, aumento da eficiência, quantidade acima da qualidade, priorização das estatísticas e não o conteúdo. É por isso que, atualmente, está na ordem do dia a avaliação de desempenho. Há apenas uma saída: resistir esta política, caso contrário, cada vez mais veremos nossas condições de trabalho ficarem precárias e as disputas entre os próprios trabalhadores se ampliarem, com todas as conseqüências políticas e de saúde que se pronunciam.

## Conselho: plano de lutas

**Negociação com o Governo** O Sinte não orienta calendário de reposição sem o compromisso do Governo de anistiar as faltas e devolver o dinheiro;

**Iprev:** Rejeitado em audiências públicas. ALESC. Sinte participa de mobilização em 27/05, em Fpolis.

**Municipalização:** contra a municipalização; regiões devem fazer audiências públicas com Câmaras de Vereadores e prefeito; abaixo-assinado para mobilizar a comunidade; elaborar dados sobre a municipalização no país.

**Demissão das serventes e merendeiras:** O processo continua em SC e o Sinte participa da campanha contra a terceirização da merenda; o fornecimento da

merenda deve ser feito pelos pequenos produtores da região. Dia 09/06, audiência pública em Fpolis, com ato estadual.

**Hora-atividade** Não está havendo o cumprimento da hora-atividade de forma pedagógica.

**Reenturmação** O SINTE é contra, pois ela desrespeita o trabalho dos professores e o processo de aprendizagem do aluno.

**Piso** Lutar pelo piso estadual. O Conselho elegeu comissão para apresentar proposta à categoria em junho, durante seminários. A comissão eleita: Marta, Danilo, Rossano, Vanda, Aldoír e Carlos.

**Congresso e conferência:** Próximo congresso do

SINTE no primeiro semestre de 2009. Em novembro de 2008 serão realizadas macro-conferências.

**Eleição direta para direção de escola:** Mantida deliberação para reeditar no 2º semestre a campanha de eleição direta para direção de escolas.

**Outras resoluções:** lutar pela federalização da FURB; lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de direitos; direito ao emprego; aumento de salários; congelamento dos preços dos alimentos; moção pela retirada das tropas brasileiras do Haiti; moção de repúdio ao gov. José Serra (SP) que demitiu o funcionário Dirceu Travesso (dirigente da Conlutas, do PSTU).

## Cadastro

SINTE/SC precisa de contato com os nomes relacionados para atualização de cadastro:

- Maria de Lourdes da Silva (Blumenau);  
- Maria Rosa de Oliveira (Itajaí);  
- Maria da Graça Moreira Bernardo (Araquari);

- Maristela Pancieri dos Santos (Tangará);  
- Lúcia Panatlamoro (Araranguá);  
- Lúcia Maria da Silva (Fpolis);  
- Lindaura Antunes Lima (Joaçaba);

- Alzira Ferreira Bonissoni (Corupá);  
- Dorvalina Vieira (Concórdia);  
- Evi Gitzel (São Miguel do Oeste);  
- Santa Boneli Lidório (São Miguel d'Oeste)

## VOTAÇÃO DO PISO SALARIAL

# Aprovada luta histórica do magistério

Após um ano em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 7.431/07 - que cria o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) - foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. O piso será referência para os profissionais do magistério da Educação Básica (professores/as, especialistas e assistentes técnicos pedagógicos) ativos (efetivos e ACTs) e aposentados das redes pública federal, estadual e municipal.

O PSPN é uma reivindicação histórica dos profissionais

da Educação desde o ano 1827, e foi concretizado através de emenda da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do FUNDEB. Não podemos esquecer que o piso nacional é apenas o ponto de partida para terminar com as disparidades nos salários dos educadores. Lembremos que este piso está aquém das reivindicações aprovadas em congressos do SINTE/SC e da CNTE: o piso do DIE-ESE, cujo valor é de R\$ 1.900,00 (aproximadamente).

<b>Critério</b>	<b>Projeto Original</b>	<b>Propostas CNTE</b>	<b>Projeto Votado</b>
Conceito	Remuneração total	Vencimento inicial da carreira	Vencimento inicial da carreira
Valor	R\$ 850,00	R\$ 1.050,00	R\$ 950,00
Formação	Não mencionada	Magistério 2º grau	Magistério 2º grau
Jornada	40hs semanais	30hs semanais	40hs semanais
Correção	Não mencionada	30% de hora atividade Anual	33% de hora atividade Anual, em janeiro

### COMPARATIVO

O PSPN é um avanço porque conseguimos aprovar o nosso conceito, que é o vencimento inicial da carreira e não a remuneração total como era a proposta inicial, e que ganhou apoio dos gestores estaduais e municipais. Outro avanço foi o aumento da hora atividade para 33% da jornada, ou seja, 28 aulas e 12 horas atividade.

O valor do Piso será corrigido anualmente, no mês de janeiro, de acordo com o aumento do valor do custo/aluno nacional, se for menor que o INPC, aplica-se este. Esta correção não representa a data-base da categoria no âmbito dos estados e município. No âmbito de cada estado e município a luta e organização sindical é que determinarão a data base da categoria. Defendemos que em cada esfera, os profissionais da Educação não recebam

somente o PSNP, mas um vencimento maior de acordo com a capacidade financeira. Hoje alguns estados já pagam acima deste valor.

A implantação do Piso é gradativa, em três anos (2008, 2009 e 2010), ou seja, a diferença entre o piso que é pago hoje e o novo piso deve ser pago 33% por ano. Para alcançarmos essa vitória, foram realizadas duas greves nacionais e mobilizações no Congresso Nacional. Agora, a CNTE tem a tarefa de manter a mobilização porque ainda falta a aprovação dos senadores e a sanção do Presidente Lula para, finalmente, comemorarmos a conquista de uma reivindicação de várias décadas.

Vamos pressionar todos os senadores, principalmente os catarinenses, para que seja agilizada a tramitação do projeto no Senado.

## Como o SINTE defende a implantação do piso na rede pública estadual de SC:

Defendemos que, o abono e o prêmio sejam imediatamente incorporados ao vencimento básico da nossa categoria. Transformando-se em percentual de reajuste para toda a tabela salarial. Com isto, o nosso piso ficaria em R\$ 709,46. A diferença para alcançar o valor de R\$ 950,00 é de R\$ 240,54 (um ganho de 34%) que, divididos em 3 anos, são R\$ 80,18/ano, portanto, teríamos que ter ainda este ano - além das incorporações acima, teríamos que ter ainda este ano 11,3% este ano. Desta forma, serão contemplados os aposentados, e a nossa tabela salarial será reajustada, o que representará um ganho maior para quem tem mais tempo de serviço e/ou formação de nível superior e especialização.

Na lei há uma regra de transição "que até dezembro de 2009 podem ser consideradas vantagens pecuniárias para alcançar o valor do Piso (R\$ 950,00)". No entanto, não está definido o que é vantagem pecuniária. A regência de classe poderá ser considerada vantagem pecuniária. Mas como o percentual é diferenciado para quem atua na Educação Infantil e séries iniciais (40%), e os que atuam nas séries finais do ensino fundamental e no médio (25%), para considerar esta gratificação como vantagem pecuniária, o Governo terá dificuldades de incorporá-la a nossa tabela salarial.

A posição do SINTE é radicalmente contra o fim da regência de classe, não permitiremos que o Governo a incorpore a nossa tabela salarial.

O vale alimentação não pode ser considerado vantagem pecuniária porque tem caráter indenizatório e também não pode por ser diário; e os aposentados não recebem. O triênio também não é vantagem pecuniária por ser uma gratificação da carreira.

Portanto, o Governo do Estado vai lamentar por muito tempo, em razão de ter insistido e aprovado a política de Prêmio (des)Educar, ao invés de incorporar o abono de R\$ 100,00, como era nossa proposta e principal motivo da greve.

### Desafio:

O nosso desafio, além da pressão em nível nacional, é lutar para que somente o abono e o prêmio sejam considerados vantagens pecuniárias até dez/09; a defesa da gratificação da regência de classe e a construção de um Piso Salarial Estadual superior ao Piso Nacional. Santa Catarina é um dos estados que mais arrecada financeiramente e possui um dos maiores valores de custo/aluno.

O SINTE/SC realizará seminários regionais em todo o estado nos meses de junho, julho e agosto com o objetivo de debater o Piso Nacional. Conte a sua regional para participar. A presença de todos/as nos seminários é importante para a construção de uma proposta que, de fato, valorize nossa profissão e resgate a dignidade de ser professor e professora.

## Desconto extra

No mês de abril, os sindicalizados do SINTE/SC tiveram um desconto extra de 0,5% na folha de pagamento. Este desconto foi uma deliberação da Assembléia Estadual que definiu pelo encerramento da greve no dia 19 de março.

No segundo semestre do ano passado, o SINTE realizou duas assembleias estaduais e diversas atividades de mobilização para pressionar o Governo a negociar com a categoria. Foram confeccionados cartazes e outdoors com denúncias sobre as péssimas condições de trabalho dos professores.

Os meses de fevereiro a abril deste ano foram de intensa mobilização da categoria. Enfrentamos uma greve, realizamos assembleias regionais, atos públicos e duas assembleias estaduais. Mesmo com o fim da greve, a mobilização não terminou. Entre os dias 19/03 (encerramento da greve) e 08/04 (dia da votação do Prêmio Educar, na ALESC), o SINTE organizou várias caravanas de professores ativos e aposentados para pressionar os deputados a votarem pela transformação do valor do prêmio em percentual de reajuste na tabela salarial, o que beneficiaria todo o magistério (ativos, aposentados, em licenças, readaptados, etc) e preservaria nossa carreira, ou pela extensão do prêmio aos aposentados.

Além de tudo isto, foi necessário nos mobilizarmos para participar das nove audiências públicas que o Governo organizou para discutir o IPREV. As audiências ocorreram em várias regiões do Estado e o SINTE organizou os professores para estarem presentes em todas elas. Ao todo, foram quase dois mil professores, ativos e aposentados, envolvidos nesta luta, que ainda não terminou; pois, no dia 27/05, em um ato público unificado dos servidores do Estado, o SINTE pretende demonstrar nosso repúdio à tentativa do Governo de colocar em risco as atuais e futuras aposentadorias.

A nossa luta é financiada por nós, trabalhadores. É isso que garante nossa autonomia e independência em relação aos governos e aos patrões.